



EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **VABSCO – ABS COMPONENTES LTDA (CNPJ/MF Nº 52.403.201/0001-33)**, **RUBENS BARDELLI (CPF/MF Nº 269.767.068-87)**, e seu cônjuge, **SONIA MARIA CARRERA BARDELLI (CPF/MF Nº 269.767.068-87)**, ora executada; dos credores: **VALDIR GONÇALVES (CPF/MF Nº 875.521.598-04)**, **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (CNPJ/MF Nº 26.989.715/0001-02)**, **MARCIA REGINA MATIAS (CPF/MF Nº 134.469.308-33)**, **NIUELLI GOMES ARAUJO (CPF/MF Nº 380.364.828-94)** e **SARA SIMPLICIO DA SILVA (CPF/MF Nº 061.069.238-09)**; bem como o terceiro interessado: **CONDOMÍNIO CONJUNTO ZOGBI (CNPJ/MF Nº 53.831.806/0001-98)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Andre Pasquale Rocco Scavone, da 2ª Vara Cível – Foro de Diadema, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Despejo por Falta de Pagamento cumulada com Cobrança de Aluguéis e Acessórios em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **ADA BASILE DE SÁ PEIXOTO (CPF/MF Nº 041.820.018-18)**, **THOMAZ FRANCISCO BASILE NETTO (CPF/MF Nº 049.495.288-15)**, **EULÁLIA BASILE (CPF/MF Nº 112.061.648-40)**, **GLEIDE EVELYN BASILE SILVA GUIMARÃES (CPF/MF Nº 479.411.388-010)**, **CACILDA BASILE ANTONACCIO (CPF/MF Nº 012.588.088-03)**, **BEATRIZ ANDRADE BASILE (CPF/MF Nº 326.540.008-50)**, **MARCELO BASILE (CPF/MF Nº 012.183.348-86)** e **LEDA BASILE CHUBACI (CPF/MF Nº 063.501.398-36)** em face de **VABSCO – ABS COMPONENTES LTDA (CNPJ/MF Nº 52.403.201/0001-33)**, **RUBENS BARDELLI (CPF/MF Nº 269.767.068-87)** e **SONIA MARIA CARRERA BARDELLI (CPF/MF Nº 269.767.068-87)**, nos autos do Processo nº **0004275-33.2019.8.26.0161** (Processo Principal nº 1009048-75.2017.8.26.0161), e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **IMÓVEL: LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Celso de Azevedo Marques, nº 740, Apartamento nº 241, Bloco 2, do Condomínio Conjunto Zogbi, Mooca, São Paulo/SP – CEP: 03122-900 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Apartamento nº 241, localizado no 4º andar do Bloco 2, do Condomínio Conjunto Zogbi, sito Rua Celso de Azevedo Marques, nº 740, no 16º Subdistrito Mooca. Tendo 132m² de área útil, 28,6092m² de área comum, 25,6618m² de área de garagem, e 186,2710m² de área total, correspondendo-lhe no terreno a cota ideal de 0,631% e para despesas do condomínio 0,736%.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	032.141.0114-5	
Matrícula Imobiliária nº	42.835	7º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
Av. 02	01/12/2016	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 0202700-61.2009.5.02.0262	Valdir Gonçalves
Av. 03	18/02/2020	Penhora	Proc. nº 0202700-61.2009.5.02.0262	Valdir Gonçalves





Av. 04	01/06/2021	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 1000178-45.2020.5.02.0261	Ministério Público do Trabalho
Av. 05	27/10/2021	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 0000842-45.2010.5.02.0261	Marcia Regina Matias
Av. 06	25/02/2022	Penhora Exequenda	Proc. nº 0004275-33.2019.8.26.0161	Ada Basile de Sá Peixoto e outros
Av. 07	25/02/2022	Penhora Exequenda	Proc. nº 0004275-33.2019.8.26.0161	Ada Basile de Sá Peixoto e outros
Av. 08	09/02/2023	Penhora	Proc. nº 1000178-45.2020.5.02.0261	Ministério Público do Trabalho
Av. 09	22/03/2023	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 1000779-51.2020.5.02.0261	Niuelli Gomes Araujo
Av. 10	29/06/2023	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 1000187-98.2020.5.02.0263	Ministério Público do Trabalho
Av. 11	11/10/2023	Indisponibilidade de bens	Proc. nº 1000083-44.2022.5.02.0261	Sara Simplicio da Silva

OBS. 01: Às fls. 671 do processo foi anotada penhora no rosto dos autos, no valor de R\$ 39.266,82 (Mai/2023) em favor de Niuelli Gomes Araujo (CPF/MF Nº 380.364.828-94).

OBS. 02: A executada Vabsco – Abs Componentes Ltda, impugnou o cumprimento de sentença, objetivando a extinção da ação, sob o argumento de estar caracterizada a novação, de modo que anula a pretensão dos autores. A impugnação foi rejeitada. Da decisão não houve recurso.

OBS. 03: Foram opostos Embargos à Penhora pelos Executados Rubens Bardelli e Maria Carrera Bardelli, objetivando a anulação da ação, sob o argumento de ilegitimidade passiva, bem como o reconhecimento de impenhorabilidade, por supostamente se tratar de bem de família. Os Embargos foram rejeitados. Houve interposição de Agravo de Instrumento (nº 2244221-84.2022.8.26.0000) e, em sede recursal, a r. decisão foi mantida. Trânsito em julgado em 17.04.2024.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 788.000,00 (Mai/2024 – às fls. 714/721 – Homologação às fls. 731).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 793.603,90 (Jul/2024). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: R\$ 2.284,72 (Jul/2024) referente aos débitos inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 1163/1165).

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 1.560.584,75 (Jul/2024).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **13 de setembro de 2024, às 14 horas, e se encerrará no dia 16 de setembro de 2024 às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem**





interrupção, iniciando-se em 16 de setembro de 2024, às 14 horas, e se encerrará em 08 de outubro de 2024, às 14 horas.

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 6% (seis por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a





Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 6% (seis por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 1163/1165), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATÇÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada





a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo nos termos do Item 03 deste Edital, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 97830-1644. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 22 de julho de 2024.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. ANDRE PASQUALE ROCCO SCAVONE
JUIZ DE DIREITO

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

